



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS

PARECER Nº , DE 2019 - CN

Da COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, sobre o Projeto de Lei nº 23, de 2019 - CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 137.832.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: DEPUTADO DAGOBERTO NOGUEIRA

I. RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº 402, de 2019, na origem, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 23, de 2019-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 137.832.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária Anual vigente.

Segundo a Exposição de Motivos (EM) nº 00250/2019 ME, de 28.08.2019, do Ministro da Economia, o crédito proposto viabilizará:

a) R\$ 10.819.000,00 no âmbito do Ministério da Economia: na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para a gestão de sistemas informatizados, conforme contrato com o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO; e no Instituto Nacional do Seguro Social, o pagamento da Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos;

b) R\$ 118.878.014,00 no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública: no Fundo Nacional de Segurança Pública, para o atendimento ao disposto no inciso I do art. 7º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que define, a título de transferência obrigatória, limite mínimo de repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública para os Estados, Distrito Federal e Municípios;

c) R\$ 8.000.000,00 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional: na Administração Direta, para a estruturação e dinamização de atividades produtivas e o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, em âmbito nacional; e

d) R\$ 135.225,00 no âmbito do Ministério da Cidadania: na Fundação Nacional de Artes, para o atendimento de despesas com Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, a solicitação em referência será viabilizada à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade



CD/19787.35486-05

com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

As anulações parciais de dotações orçamentárias são as seguintes:

| ÓRGÃO | UO | AÇÃO | R\$ 1,00 |
|---|---|---|-------------|
| Ministério da Economia | 25103 – Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil | 10AV - Construção do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda em Salvador – BA | 7.700.000 |
| | | 147X - Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP | 900.000 |
| | | 148H - Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES | 2.100.000 |
| | 25303 – Instituto Nacional do Seguro Social | 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | 119.000 |
| Subtotal | | | 10.819.000 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública | 30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública | 20ID - Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública | 53.482.423 |
| | | 215R - Aperfeiçoamento da Gestão e Tecnologia da Informação | 10.686.739 |
| | | 2320 - Manutenção do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional | 9.041.825 |
| | | 2B00 - Força Nacional de Segurança Pública | 28.151.539 |
| | | 8124 - Manutenção do Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade | 3.600.000 |
| | | 15P9 - Construção, Instalação e Reforma de Imóvel da Força Nacional | 13.915.488 |
| Subtotal | | | 118.878.014 |
| Ministério do Desenvolvimento Regional | 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta | 8874 - Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa | 8.000.000 |
| Subtotal | | | 8.000.000 |
| Ministério da Cidadania | 55206 - Fundação Nacional de Artes | 2000 - Administração da Unidade | 135.225 |
| Subtotal | | | 135.225 |
| TOTAL | | | 137.832.239 |

Informa também a E.M. que, a propósito do que dispõe o art. 46, § 4º, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - LDO-2019, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo, as quais serão executadas de acordo com os limites de movimentação e



CD/19787.35486-05

empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, conforme estabelece o § 2º do art. 1º desse Decreto.

Por fim, observa a E.M. que a presente alteração orçamentária está de acordo com o § 5º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, tendo em vista que não amplia as dotações orçamentárias sujeitas aos limites das despesas primárias estabelecidos para o corrente exercício, e que o crédito em comento decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos envolvidos, segundo os quais não haverá prejuízo à execução das programações objeto de cancelamento, uma vez que os remanejamentos foram decididos com base em projeção de suas possibilidades de dispêndio até o final do presente exercício.

Dentro do prazo regimental, foram apresentadas 4 (quatro) emendas ao projeto de lei em exame.

É o Relatório.

II. ANÁLISE

Analisando o Projeto, verificamos que a presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito **suplementar**, por objetivar o reforço de dotações orçamentárias já constantes na Lei Orçamentária Anual em vigor (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 - Lei Orçamentária Anual para 2019).

Verificamos também que as fontes de recursos apresentam-se viáveis e que a proposição não fere dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019) e à Lei nº 13.808/2019.

Desse modo, do exame da proposição, constata-se que a iniciativa do Poder Executivo segue os princípios da boa técnica orçamentária e atende às normas constitucionais e legais pertinentes à matéria.

Análise das Emendas

As 4 (quatro) emendas apresentadas, de nºs 1, 2, 3, e 4, todas de autoria do Deputado Delegado Pablo, foram submetidas à análise de admissibilidade, tendo como parâmetro o disposto pelo art. 109 da Resolução nº 1, de 2006-CN. As razões pelas quais propomos a inadmissibilidade dessas emendas são as seguintes:

- **Emendas nºs 1, 2 e 3:** não observância do art. 109, inciso III, alínea “a”.
- **Emendas nº 4:** não observância do inciso II, alínea “a”, e do inciso III, alínea “a”, ambos do art. 109.

III. VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, votamos:

a) pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 23, de 2019-CN**, na forma proposta pelo Poder Executivo; e

b) pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1, 2, 3 e 4.



Sala da Comissão, em ___ de novembro de 2019.

DEPUTADO DAGOBERTO NOGUEIRA

Relator



CD/19787.35486-05